



Eixo: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo

CONTROLE SOCIAL E A CRISE DO CAPITAL

PAULA KAPP AMORIM¹

Resumo: O artigo apresenta uma abordagem crítica do ordenamento anárquico do capital e procura apresentar elementos sobre a incontrolabilidade sóciometabólica do capital e sua necessidade de controle. Tem a intenção de trazer elementos teóricos para o debate sobre o controle social necessário no ordenamento do capital, na medida em que pauta a contradição fundamental entre a incontrolabilidade do capital e a forma vigente de controle social.

Palavras-chave: Capitalismo; Crise do capital; controle social

Resumen: El artículo presenta un enfoque crítico del ordenamiento anárquico del capital y busca presentar elementos sobre la incontrolabilidad sóciometabólica del capital y su necesidad de control. Tiene la intención de traer elementos teóricos para el debate sobre el control social necesario en el ordenamiento del capital, en la medida en que pauta la contradicción fundamental entre la incontrolabilidad del capital y la forma vigente de control social.

Palabras claves: Crisis del capital; control social

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta uma abordagem crítica do ordenamento anárquico do capital no que tange a incontrolabilidade sóciometabólica do capital e sua necessidade de controle. O debate teórico que apresentamos aqui foi fundamental para a compreensão analítica do controle social na ordem do capital pesquisada na tese de doutorado, que teve como objeto de estudo o controle social exercido pelo Estado sobre a classe trabalhadora, considerando as particularidades do contexto brasileiro. A apropriação desta categoria permitiu analisar algumas formas de objetivação do controle social mesmo que desconexas e desarticuladas, com mais profundidade nas ações concretas do Estado, com destaque para as políticas de assistência e segurança pública (que foram objeto de pesquisa da tese). A classe trabalhadora tem sido foco da ação de controle social operado pelo Estado, e de forma mais intensa para

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense. E-mail: < paulakappr@yahoo.com.br >

seus estratos mais pauperizados, sobretudo nos contextos de crise do capital, através da sua dimensão de coesão, contenção e repressão.

2. A SAÍDA NEOLIBERAL PARA A CRISE DO CAPITAL

O atual ordenamento sociometabólico do capital procura romper com todas as barreiras sociais e políticas para gerar e manter o superlucro e reverter a tendência à queda da taxa de lucros no período de crise do capital. Como o capital busca incessantemente se valorizar, a ordem monopolista procura ampliar e garantir as possibilidades de sua valorização no mesmo passo em que este movimento tende a nivelar e a diminuir as taxas de lucro acarretando na crise de supercapitalização.

A crise do capital é uma contradição inerente ao processo de acumulação e que, portanto, envolve todos os aspectos da vida humana, desde o movimento de produção e reprodução do capital, até suas formas ideológicas, a ação política das classes e os mecanismos e instituições de controle, dentre outros. O atual contexto de crise abarca a reestruturação da base produtiva do capital, a desvalorização da força de trabalho e a reconfiguração dos mecanismos de regulação econômica, social e política operados pelo Estado burguês. “A crise que enfrentamos não se reduz simplesmente a uma crise política, mas trata-se da crise estrutural geral das instituições capitalistas de controle social na sua totalidade” (MÉSZÁROS, 2002, p.1001).

Tendo em vista que o capital é um sistema dinâmico, orientado na busca de sua autoexpansão e movido pela acumulação, seu movimento de produção e reprodução acaba conformando uma lógica anárquica e incontrolável, inerente à sua essência. Suas crises, portanto, não são ocasionais nem eventuais, mas compõem a forma e a estrutura do movimento do capital.

A forma anárquica do modo de produção e reprodução do capital está relacionada à incapacidade de suas estruturas de se autorrealizarem e se ordenarem pela livre concorrência. Essas determinações do modo de produção e reprodução do capital considera também que o mesmo não possui

capacidade de coesão essencial para a conformação do funcionamento de seu sistema sociometabólico (Mészáros, 2002, 2005) que é “expansionista na busca crescente e desmedida de mais-valor, destrutivo na sua processualidade pautada pela superficialidade e descartabilidade, o sistema de capital torna-se no limite, incontrolável” (ANTUNES 2009, p.11).

A natureza complexa do sistema capitalista é constituída por uma particularidade histórica no que se refere ao controle social. A complexidade do modo de produção foi articulada e cumpre um objetivo fundamental de “excluir institucionalmente os produtores, não apenas do controle efetivo do processo reprodutivo, mas até da possibilidade desse controle” (MÉSZÁROS, 2004, p.521).

Mészáros (2004) afirma que isso ocorre por dois elementos inerentemente contraditórios desse sistema: o primeiro é pela determinação estrutural intrínseca à ordem do capital, impedindo que os trabalhadores decidam e organizem o processo de trabalho como um todo, o que implicaria na perda do controle do capital sobre o trabalho; o segundo é que os trabalhadores livres não podem ser coagidos de forma direta a prestar serviços que mantenham a reprodução e expansão do capital, porém, são conduzidos continuamente, de uma maneira ou outra, aos locais de trabalho, por meio de um imperativo econômico.

Ocorre que nessa organização os trabalhadores não detêm o controle sobre a produção e a distribuição de mercadorias, tampouco os próprios capitalistas em particular, mas sim, as necessidades de valoração do capital. Porém, a necessidade de controle é intrínseca à incontrolabilidade do capital e é exercida por um corpo estranho aos sujeitos particulares. É também estruturado para o controle e manutenção das funções vitais desse sistema sociometabólico, independentemente de suas personalizações.

Para Mészáros (2002, 2004, 2011), a *crise estrutural e sistêmica do capital* conforma uma nova forma de ser da crise e as respectivas reconfigurações dos seus mecanismos para administrá-la. Configura-se como uma nova forma de ser, pois, o que antes era identificado como ciclos de expansão e retração do capital a partir da crise do final da década de 1960 a 1970, reconfigura-se, tendo em vista que o capitalismo globalmente ingressou

numa depressão contínua que expressa uma crise da própria realização do *valor*, portanto, insuprimível e insuperável dentro do ordenamento sociometabólico do capital.

A intensificação das taxas de exploração da força de trabalho e de extração da *mais-valia*, a subordinação desmensurada dos meios de produção à ampliação do *valor de troca* (que se dá na esfera da valorização do capital, não na esfera do suprimento das necessidades humanas – *valor de uso*) e os graves impactos ambientais, são elementos que demonstram claramente os gravíssimos efeitos sociais e ecológicos da crise em nível mundial e a incapacidade de reverter esse quadro dentro do capitalismo.

O período de crise do capital é um cenário em que se exige uma reorganização de natureza econômica indissociada de sua estrutura sociopolítica. Esse processo constitui-se, em uma acepção gramsciana, no exercício da hegemonia, tendo em vista a manutenção da ordem, dos mecanismos ideopolíticos que a engendram. Nessa perspectiva, a hegemonia

caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública (GRAMSCI, 2002, p.95).

As situações de crise podem desencadear novos mecanismos de hegemonia que agregam ou acirram os conflitos de poder e disputa das classes sociais.

Posto que as crises não se transformam mecanicamente em alavancas desagregadoras do bloco dominante – ao contrário, podem até favorecer novas formas de agregação de frações de classes dominantes –, isso significa que o enfrentamento das crises econômicas depende da capacidade das classes de fazer política (MOTA, 2005, p.38).

Essa hegemonia não se resume a uma inversão de sujeitos/classes que detêm o poder, pois “o processo de constituição da hegemonia é radicalmente distinto no que diz respeito às práticas das classes fundamentais, capitalistas e trabalhadoras” (MOTA, 2005, p.40). Isso significa que as crises do processo de produção e reprodução do capital não determinam diretamente uma crise de hegemonia dos processos políticos, mas, de acordo com a

direção e a conjuntura política, tanto podem potencializar mudanças radicais como reconfigurar as formas de domínio e exploração.

As conjunturas de crises permitem evidenciar um confronto entre interesses antagônicos das classes, que podem gerar mudanças estruturais radicais num contexto em que a classe trabalhadora e os extratos pauperizados da população configuram uma nova hegemonia, expressão de seus interesses, ampliando forças políticas capazes de criar um novo consenso entre as classes (MOTA, 2005). Ou também, conformar alternativas que amenizem os impactos sócio-político-econômicos que mantêm e reconfiguram a hegemonia dominante, em que

as classes dominantes podem reciclar as bases de seu domínio, erigindo também novas formas de obtenção de consenso necessário à reestruturação de sua hegemonia, ou mesmo exercitar práticas coercitivas para neutralizar a emergência de iniciativas de outras classes que ameacem a sua hegemonia (MOTA, 2005, p.39).

Em contexto de crise, esses dois movimentos de rearticulação para a manutenção da classe que detém o domínio econômico (os capitalistas), e de articulação da classe que luta pela hegemonia (os trabalhadores), configuram as disputas e o confronto entre as classes e seus projetos de sociedade. Determinam as possibilidades de articulação e mobilização das classes, conformando novos consensos e formas de coesão social, bem como as tendências do processo social.

Como as determinações econômicas estão em conjunção com a superestrutura política, jurídica, ideológica e cultural, as estruturas totalizadoras do capital se reconfiguram para a manutenção de sua hegemonia na sociedade burguesa. Em períodos de crise as classes que têm hegemonia procuram recriar as bases de seu domínio por meio de novas formas de obter consensos necessários para manter a hegemonia de seus interesses, como também de práticas coercitivas para amenizar ou neutralizar certas 'emergências'" (MOTA, 2005, p.39).

A alternativa do capital após a crise ocorrida entre o fim da década de 1960 a 1980 é estabelecida por um modo de produção que prima pela resposta imediata à demanda de consumo destinada a mercados específicos (muitas vezes manipulados), que consiga atender a diversas culturas e regiões. Volta-

se para especificidades de nichos particulares e para o consumo de produtos de luxo, ampliando também o setor de serviços. Esse modelo de produção está estruturado na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e mercadorias, bem como dos padrões de consumo (ANTUNES, 2007; NETTO, 2005). Implica também numa produção integrada, que supõe a flexibilização da própria organização do trabalho e exige um maior envolvimento do trabalhador na concepção do processo produtivo. Interfere diretamente na forma de organização da classe trabalhadora, criando os chamados sindicalismos de empresa, sindicalismo de envolvimento, que estimula a participação e o envolvimento do trabalhador (tido como associado, parceiro) com a empresa, no intuito de criar/fomentar uma cultura em que todos são responsáveis pelo andamento do negócio, sem alterar a estrutura de controle do capital sobre o trabalho.

A flexibilização do modo de produção e circulação do capital acarreta não só numa diminuição do nível de operários na fábrica, ou seja, dos trabalhadores envolvidos diretamente no processo de produção, mas também fragmenta a classe trabalhadora a partir da tendência de economizar trabalho vivo com a indução de novas tecnologias, como a precarização das relações de trabalho, dos trabalhos parciais e temporários, todos decorrentes deste processo. Mézáros (2002, p.1005) aponta que esse padrão emergente de desemprego é uma tendência socioeconômica que “adquire o caráter de um indicador do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo atual”.

O certo é que as alternativas criadas pelo capital para conter suas fortes e sequentes crises foram insuficientes ou não foram capazes de controlar a onda recessiva em que se encontra. “O sistema do capital se articula numa rede de contradições que só se consegue administrar medianamente, ainda assim durante curto intervalo, mas que não consegue superar definitivamente” (MÉSZÁROS, 2003, p.19). A concentração do poder econômico conduziu e está conduzindo a uma enorme concentração do poder político, revelando claramente o caráter antidemocrático do capitalismo monopolista e afetando a vida de toda a humanidade.

Como o esgotamento do padrão de acumulação afeta diretamente as relações sociais, reconfiguram-se também os mecanismos sociopolíticos que

sustentam a expansão econômica. Daí decorre diferentes estratégias político-ideológicas que afetam a administração das resistências e a configuração de novos consensos de classe, de formas de obtenção de consentimento e administração das resistências dos trabalhadores.

A alternativa ideopolítica que sustenta as mudanças no sistema de produção e reprodução do capital e sua base sociometabólica está expressa nas reorientações neoliberais como possibilidade de reestabelecer a economia mundial e superar a crise. O projeto neoliberal promove a desregulamentação do grande capital nas relações comerciais e da circulação financeira, com o fim dos Estados nacionais; a flexibilização da produção, do consumo e das relações de trabalho; e as privatizações que acarretaram a perda da riqueza pública, a redução do Estado e a consequente perda dos direitos sociais (NETTO, 2012).

A globalização econômica do sistema de produção e circulação do capital é co-determinada pelo processo de financeirização do capitalismo, em que as ações financeiras se autonomizam em relação ao controle dos estados-nação. A produção cada vez mais segmentada, fracionada e descentralizada – tanto nos ramos de produção como no território –, criando uma oligarquia financeira global com grande concentração e centralização de poder econômico e político (NETTO, 2012).

Este processo de monopolização apresenta formas distintas de controle das atividades econômicas tanto regulamentadas e controladas pelos Estados nacionais, como também as atividades irregulares e/ou ilegais de produção e circulação de dinheiro e mercadorias². Como exemplo, podemos citar o caso dos cartéis e das organizações criminosas. O controle por parte de grupos capitalistas nacionais de ramos inteiros industriais exercem influências nas decisões econômicas nacionais, e extrapolam as fronteiras nacionais para a dominação em todas as regiões do globo.

O poder e o alcance dos monopólios atingem paulatinamente os países

² Mandel analisa este processo inicialmente pela ocupação da Máfia nos setores-chave das indústrias de construção civil e de estradas, e como subempreiteira nas indústrias automobilísticas e de aço. “Tudo isso foi conquistado através do exercício ‘normal’ dos negócios monopolistas (a pressão do acúmulo de capital em larga escala), pressão política (clientelismo, suborno) e atividades criminais explícitas (extorsão, mercado negro, tomada de controle através de intimidação ou assassinato)” (MANDEL, 1988, p.159).

e seus Estados, alterando também o papel dos bancos na organização capitalista. De uma função exercida anteriormente apenas como intermediários de pagamentos, na fase imperialista, os bancos passam a controlar grandes volumes monetários para o sistema de créditos, contribuindo significativamente para a centralização do capital. Em outra palavra, o capital bancário integra todo o processo de monopolização do capital, assim como o sistema de produção industrial.

Algumas medidas são acionadas para controlar esta dificuldade de valorização do capital, todas de maneira superficial, incapazes de solução definitiva, mas que renovam a relação entre a dinâmica da economia e o Estado burguês. Dentre suas principais ações está o novo significado que as atividades vinculadas à indústria bélica adquirem no imperialismo e se tornam um componente central da economia. Na medida em que os Estados nacionais passam a redimensionar seu papel na economia, tornam-se fundamentais para a manutenção e a valoração deste ramo capitalista, pois são a principal clientela desta mercadoria.

Como os problemas e contradições do desenvolvimento do capital se tornam mais intensos e evidentes, afetam simultaneamente as instituições de controle social na sua totalidade, procurando garantir e criar alternativas e respostas econômicas, políticas e sociais para a crise. Essas respostas ocorrem pelas vias do combate belicista e violento, sob a velha premissa de que se faça guerra, caso falhem os métodos normais de controle e expansão do capital.

a cega 'lei natural' do mecanismo de mercado traz consigo o inelutável resultado de que os graves problemas sociais necessariamente associados à produção e à concentração do capital jamais são *solucionados*, mas apenas *adiados* e de fato transferidos para o plano *militar*, dado que o adiamento não pode se dar indefinitivamente (MÉSZÁROS, 2002, p.1001, grifos do autor).

O problema da falência e crise de algumas grandes empresas do ramo bélico não diz respeito ao problema de um ramo exclusivo do capital, mas está relacionado à atual estrutura da produção capitalista como um todo. A estreita relação que o Estado estabeleceu com certos ramos de produção, no qual a indústria bélica possui destaque, acabou por conduzir o “crescimento

canceroso de setores não-produtivos da indústria no interior da estrutura global da produção do capital”, com “grave distorção da estrutura capitalista de custos sob o impacto de contratos realizados sob a justificativa ideológica de que eram vitais para o interesse nacional” (MÉSZÁROS, 2002, p.1003).

Como a crise sistêmica do capital está relacionada à própria realização do *valor* e envolve toda sua base sociometabólica,

pela primeira vez na história, o capitalismo confronta-se globalmente com seus próprios problemas, que não podem ser ‘adiados’ por muito mais tempo, nem, tampouco, transferidos para o plano militar a fim de serem ‘exportados’ como guerra generalizada (MÉSZÁROS, 2002, p.1002).

Ocorre que, mesmo em tempos de “paz”³, a indústria bélica e os gastos militares dos Estados têm conseguido manter os lucros deste ramo de produção e circulação de capital, pela forma como as resoluções de conflitos e a tensão social são resolvidas, mesmo sem uma guerra declarada entre nações. São exemplos as declarações “guerra às drogas”⁴, e a política de Tolerância Zero, capitaneada pelos Estados Unidos desde 1970, incorporada no Brasil nas duas últimas décadas e mais recentemente a guerra ao crack e o combate belicista contra o terrorismo, na qual o Iraque é um exemplo.

a guerra contra as drogas abriu caminho para a guerra contra as pessoas tidas como menos úteis e potencialmente mais perigosas da população, aquelas que Spitzer chama de lixo social, mas que na verdade são vistas como mais perigosas que o lixo (CHRISTIE, 1998, p.65).

A forma como o Estado organiza o enfrentamento dos problemas sociais garante uma intensa circulação das mercadorias belicistas (legal e ilegalmente), mesmo sem uma guerra declarada entre nações. Isso ocorre por

³ Entenda-se que por período de “paz” estamos nos referindo à ausência de uma guerra declarada entre nações. Isso não significa a ausência de confrontos belicistas, tampouco a redução de índices de mortalidade devido ao uso de armas, muito pelo contrário. A partir dos índices de letalidade no Brasil, veremos como os tempos de paz podem ser muito mais mortais que os anos de guerra mundial. Por isso, colocamos as aspas.

⁴ Os governos dos Estados Unidos, a partir dos anos 80, utilizam o combate às drogas como eixo central da política americana no continente. Passam a difundir termos como “narcoguerrilha” e “narcoterrorismo”, numa clara simbiose dos seus “inimigos externos”. As drogas passam a ser o eixo das políticas de segurança nacional nos países atrelados a Washington, ao mesmo tempo em que o capital financeiro e a nova divisão internacional do trabalho os obrigam a serem os produtores da valiosa mercadoria. Os países andinos se transformam em campo de batalha e nossas cidades se transformam em mercados brutalizados para o varejo residual das drogas ilícitas. Ver Batista (2003).

que o sistema do capital é estruturado de forma antagônica, desde suas pequenas estruturas particulares, até as formas mais abrangentes e totalizadoras que permitem e mantêm a necessidade de produção e circulação de mercadorias belicistas, conformando um ramo de mercado amplo e variado.

Todo esse padrão de acumulação exige que o Estado opere como regulador dos investimentos privados do capital, tendo em vista o direcionamento dos seus próprios gastos, como indutor de investimentos, além da atuação na reprodução da força de trabalho, desonerando o capital de parte das despesas com sua manutenção e reprodução, principalmente no redirecionamento e foco das políticas públicas sociais e direitos sociais. “A tendência de interferência importante do Estado no controle de processos socioeconômicos provavelmente há de continuar, e até mesmo intensificar-se – talvez até pela imposição de estratégias propostas de ‘protecionismo regional’” (MÉSZÁROS, 2002, p.344).

A crise econômica, social e política que o Brasil enfrentou na década de 1980 imprimiu uma necessidade de reconfiguração na relação capital e trabalho e nos modelos interventivos do Estado, imprimindo novas orientações destas bases ideológicas e a implementação de políticas neoliberais. De acordo com a tese de Mota (2005), o Brasil inicia, entre as décadas de 1980-90, profundas transformações em razão de uma cultura política da crise, própria de uma dinâmica contraditória marcada por conflitos entre classes antagônicas. Essa cultura da crise incorpora um novo trato da “questão social”, redimensionando o papel do Estado na relação capital-trabalho, que se expressa no processo de privatização no país e na constituição de um cidadão-consumidor.

Essa cultura fomenta um certo *fetichismo* ao trazer para o plano político-cultural a necessidade de socializar a crise e responsabilizar a todos no seu enfrentamento, dividindo os custos e desenhando uma cultura geradora de um ilusório consentimento entre as classes. Com vistas a consolidar uma hegemonia político-cultural burguesa, o discurso, os métodos e as bandeiras de luta da classe trabalhadora são apropriados pelo capital, perdendo seu caráter de classe. Imprime-se “uma ação ofensiva do capital para deslocar os objetos reais da luta dos trabalhadores para o campo das propostas de

enfrentamento da crise econômica” (MOTA, 2005, p.220).

3. CAPITAL E CONTROLE SOCIAL

A especificidade histórica de qualquer ordem socioeconômica particular é definida pelo relacionamento de suas múltiplas microestruturas e macroestruturas que sintetizam sua forma de ser. Esse relacionamento é dialético e histórico: é dialético porque só pode ser compreendido por múltiplas determinações recíprocas e contraditórias que resultam em uma unidade dinâmica, e é histórico pelo movimento geral mutável das configurações de seus elementos constitutivos complexos e particulares. Por isso, “a progressiva complexidade gerada por um sistema que não consegue controlar produtivamente suas complicações cada vez maiores é um perigo e não algo positivo” (MÉSZÁROS, 2004, p.523).

O caminho que iremos percorrer para compreender o controle social na sociedade capitalista madura e contemporânea e uma de suas instituições de controle, o Estado, procura apontar as múltiplas determinações destas estruturas contraditórias, e seus movimentos singulares, considerando que trata-se de um conceito extremamente amplo e complexo.

É também importante destacar que o debate sobre o controle social que iremos traçar não envolve a problemática, enquanto uma possibilidade histórica, de que se existe ou não uma sociedade organizada sem algum tipo de controle social. Desse modo, é inerente à vida coletiva alguma forma de controle social. A questão não é se podemos viver sem controle, ou se

produzimos ou não sob alguma forma de controle, mas sob que tipo de controle; dado que as condições atuais foram produzidas sob o ‘fêrreo controle’ do capital [e] que nossos políticos pretendem perpetuar como força reguladora fundamental de nossas vidas (MÉSZÁROS, 2002, p.989).

Ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista, o controle social foi alienado do corpo social e transferido para o capital, como um modo de controle e em uma expansão incontrolável. Assim, a ideia do controle expressa uma determinada construção ideológica dos processos sociais, onde aparece como uma racionalidade necessária de planejamento social abrangente e totalizador, contraditória a incontrolabilidade própria e

inerente do capital.

Em outras palavras, o capital, enquanto sistema global e abrangente de controle do metabolismo social, só pode se realizar a partir de um férreo controle de suas múltiplas estruturas antagonicamente separadas e em conflito, pois sua essência expansionista é incontrolável. Vejamos mais detalhadamente essa contradição.

O capitalismo globalizado, como um sistema mundial de metabolismo social do capital “contribui para a erosão e a desintegração das estruturas parciais de estratificação e controle social e político historicamente formadas e variáveis de local para local, sem ser capaz de criar e produzir um sistema unificado de controle em escala mundial” (MÉSZÁROS, 2002, p.991).

Esse sistema, enquanto totalidade, não possui controlabilidade pelo fato de que toda sua estrutura deve se ajustar às necessidades de produção e reprodução do capital, a partir da extração da *mais-valia* e da propriedade privada, inclusive as expressões mais singulares das relações sociais e as mais complexas necessidades dos seres humanos. Seu dinamismo totalizador, na medida em que interfere e engloba as mais variadas relações pessoais e se expressa desde as formas mais íntimas de cada sujeito até seu processo produtivo global, acaba por perder o controle sobre os micro e macro processos de tomada de decisão que interferem nas relações sociais, atingindo capitalistas e trabalhadores. O mesmo ocorre com os capitalistas que possuem largo poder econômico e político e que, de modo voluntário ou involuntariamente obedecem aos imperativos do sistema capitalista. Nesse sentido, o capitalismo é, contraditoriamente, “uma forma incontrolável de controle sociometabólico” (MÉSZÁROS, 2002, p.96).

Sobre o conjunto do sistema produtivo social há uma perda de controle inerente e inevitável às contradições do metabolismo social do capital devido à divisão hierárquica do trabalho subordinada ao capital. Como seu movimento caminha sempre em busca de expansão, o “próprio imperativo de intensificar cada vez mais a expansão é uma manifestação paradoxal dessa perda de controle” (MÉSZÁROS, 2002, p.104), um defeito estrutural e inerente ao sistema.

Isso ocorre porque o sistema do capital não possui limites para sua

expansão e busca o aumento da taxa de lucro, o que

acaba por converter-se numa processualidade *incontrolável* e profundamente destrutiva. Conformados pelo que se denomina, na linguagem de Marx, como *mediações de segunda ordem* – quando tudo passa a ser controlado pela lógica da valorização do capital, sem que se leve em conta os imperativos humano-sociais vitais –, a produção e o consumo supérfluos acabam gerando a corrosão do trabalho, com a sua conseqüente precarização e o desemprego estrutural, além de impulsionar uma destruição da natureza em escala global jamais vista anteriormente (ANTUNES, 2009, p.11, grifos do autor).

Essa perda de controle, segundo Mészáros (2002), traz em sua essência os problemas estruturais do capital e que, portanto, não consegue ser remediada pela separação da produção e controle, tampouco pela imposição de um agente controlador separado sob o agente social da produção, o trabalhador. Esses defeitos estruturais estão relacionados com a base do sistema produtivo do capital, contudo, suas manifestações, não necessariamente articuladas entre si, expressam a ausência de qualquer unidade entre a produção e a circulação, o consumo e o controle. Isso ocorre porque a produção e seu controle estão radicalmente isolados entre si e opostos, pois, considerando que a produção é orientada para a valorização do capital, é impreterivelmente antagônica às necessidades humanas e ao respectivo controle e orientação de sua produção para atender às essas necessidades.

Em períodos de crise, a produção e o consumo adquirem uma dinâmica separada e problemática. Como o ciclo do capital só se completa na circulação, é necessário que ele seja capaz de penetrar no domínio da circulação global, fazendo com que seus micro-organismos se integrem de maneira a conformar um conjunto administrável que possa promover a superação da contradição inerente ao seu ciclo inteiro de produção e reprodução. Atua tanto no interior de seus micro-organismos e unidades particulares, por meio de suas personificações, quanto fora de seus limites estruturais no processo global, transcendendo as barreiras regionais e nacionais.

Isso ocorre pelo processo de globalização do sistema capitalista que tende a estabelecer uma hierarquização dos Estados nacionais, de acordo com

cada contexto histórico determinado, com uma tendência de movimento de uma “espiral para baixo”. Esse processo tende a equalizar o “índice diferencial de exploração” para baixo, ampliando a exploração da força de trabalho nos países de economia central (MÉSZÁROS, 2002, p.112), como é o caso dos países na Europa.

Ao mesmo tempo estamos diante de uma contradição fundamental entre a incontornabilidade do capital e a forma vigente de controle. Como sistema abrangente e dinâmico, o capital é controle social, pois está estruturado num modo de controle para a reprodução do seu metabolismo social. Com a subsunção das mediações de primeira ordem em detrimento da realização das mediações de segunda ordem, a função do controle é alienada do corpo social e transferida para o capital. “O capital, que pela sua própria natureza somente pode ser controle, dado que é constituído mediante uma objetivação alienada da função de controle, como um corpo reificado separado e em oposição ao próprio corpo social” (MÉSZÁROS, 2002, p.991).

Anterior ao capital (tanto nas comunidades primitivas, quanto nas sociedades escravistas e no sistema feudal da idade média), as unidades de controle do sistema de metabolismo social possuíam uma significativa autossuficiência em relação à produção material e seu controle. Quando historicamente se reconfiguram as relações reprodutivas, ampliam-se conexões de produção e reprodução de seu sistema de metabolismo social baseados no modo de controle do capital, simultâneo à difusão dos processos alienantes e de reificação em escala global.

Assim, “na qualidade de modo específico de controle sociometabólico, o sistema do capital inevitavelmente também se articula e consolida como estrutura de comando singular” (MÉSZÁROS, 2002, p.98) para tomar o controle da incontornabilidade da expansão inerente e decorrente de seu sistema de produção e reprodução, que é, ao mesmo tempo, uma necessidade e uma inviabilidade no capitalismo.

Ocorre que, para atingir seus objetivos, o capital, necessariamente e impreterivelmente, cria e produz escassez e desperdício, conformando uma sociedade dividida, em que uma parcela toda da sociedade é submetida às condições de pobreza e miséria, mesmo com os avanços e o desenvolvimento

das forças produtivas e de uma degradação crescente e altamente destrutiva do meio ambiente.

O capital – uma vez que opera sobre a base da míope racionalidade do estreito interesse individual, do *bellum omnium contra omnes*: a guerra de todos contra todos – é um modo de controle, por princípio, incapaz de promover a racionalidade abrangente de um adequado controle social (MÉSZÁROS, 2002, p.993, grifos autor).

Situa-se aí um limite para o controle social do capital, insuprimível à sua estrutura fundante que opera com os avanços no sistema produtivo social conjuntamente com a ampliação de sua dimensão destrutiva, ou seja, o *progresso* com o desperdício, pois, “quanto mais o sistema destrava os poderes da produtividade, mais ele libera os poderes de destruição; e quanto mais dilata o volume da produção tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfíxiante” (MÉSZÁROS, 2002, p.1010).

Ao considerar a singularidade histórica do sistema do capital em ser um sistema de controle sem sujeito, o controle social é objetivado nas relações sociais de maneira abrangente, a partir de um conjunto complexo de instituições e formas sociais que, em seu conjunto totalizador, são capazes de imprimir uma ordem controlada e apropriada para a manutenção dos interesses e necessidades da reprodução do capital, exercendo necessariamente um controle sobre seu processo de metabolismo social reprodutivo.

Nesse sentido, o controle social se estrutura de forma concreta e prática pelos mecanismos e instituições que realizam um controle efetivo das condições necessárias para a produção e reprodução social. Uma das expressões do seu modo controle operado pela vigência do sistema de mediações de segunda ordem, pode ser expresso na forma salário e dinheiro (MÉSZÁROS, 2002). O fetiche da mercadoria que transforma tudo em objeto é, precisamente, um modo que afeta e compõe o controle das condições operativas de produção, criando uma ilusão sobre o processo de produção e reprodução social. A forma jurídica da sociedade burguesa, ao estar desarticulada das determinações materiais da vida social, é também um fetiche, pois cria a ilusão de pairar sobre uma pretensa igualdade e justiça.

Suas formas mistificadoras articulam as determinações materiais de domínio material do capital, compondo a base do sistema de seu metabolismo social na esfera legal, ideológica e política, ofuscando as desigualdades

estruturais geradas na ordem do capital. Assume, portanto, uma forma clara de controle. “Na realidade, o capital é *em si*, essencialmente, um *modo de controle*, e não apenas um *direito* – legalmente codificado – a exercer esse controle” (MÉSZÁROS, 2004, p.506, grifos do autor). O controle não está apenas na forma jurídica, ideológica e política, mas nas macro e micro determinações materiais.

O controle social compreende, assim, as mediações materiais necessárias para a manutenção da vida, ou seja, as mediações de primeira ordem referentes aos processos das estruturas produtivas e reprodutivas materiais, como também o conjunto da estrutura totalizadora da base sociometabólica do capital. Abarca a regulamentação dos múltiplos tipos de intercâmbio entre os indivíduos que se engajam em sua vida cotidiana. Este segundo conjunto está relacionado com o contexto ideopolítico, a consciência social, as formas morais, a cultura e os valores, incluso as instituições capitalistas de controle, tais como a religião, as instituições políticas e educacionais, seja qual forem o seu alcance e sua complexidade.

Nesse sentido, o controle social é um conceito amplo que abarca

los procesos sociales y métodos, por los que una sociedad aseguran que sus miembros se conormen a las expectativas. Estos normalmente incluyen internamiento, socialización, educación, presión del grupo primário, opinión pública y similares, así como también las operaciones de todas las agencias formales especializadas como la policía, la ley y los otros poderes del Estado (COHEN, 1988, p.18).

As estruturas de controle do capital são personificadas e objetivadas de forma singular em instituições que, em seu conjunto, são capazes de garantir a materialização do modo de controle do capital, mesmo que desconexas e desarticuladas. Isso ocorre, pois a ação humana de controle somente se efetiva enquanto sujeito social singular. O controle social que se conforma nas relações sociais de forma abrangente, enquanto unidade totalizadora, somente existe nas relações mais singulares e particulares, de acordo com uma complexa gama de determinações sociais, morais, culturais, políticas e econômicas. O controle se presentifica de forma universal e particular, mesmo que não possua uma forma mais evidentemente conectada entre o universo particular e universal das relações socioeconômicas (MÉSZÁROS, 2004).

Objetivamente, o poder de tomada de decisão se estrutura na dinâmica capitalista de forma global e totalizadora, extrapolando um poder particular, ou a autoridade de uma determinada personificação do capital. Sua especificidade reserva um movimento inteligível, mesmo considerando suas particularidades históricas e temporais, pois o poder de dominação do capital prepondera sobre as formas individuais.

O capital é um modo de controle que se sobrepõe a tudo mais, antes mesmo de ser controlado – num sentido apenas superficial – pelos capitalistas privados. [...] Como um modo de controle sociometabólico, o capital, por necessidade, sempre retém seu primado sobre o pessoal por meio do qual seu corpo jurídico pode se manifestar de formas diferentes nos diferentes momentos da história (MÉSZÁROS, 2002, p.98).

Isso aponta para o limite do controle do capital, pois não há unidade nas estruturas sociais reprodutivas (produção, circulação, consumo e controle). A fragmentação de suas unidades inevitavelmente assume a forma de antagonismos sociais, fracionando e fragmentando a sociedade numa arena de disputas e conflitos de interesses entre as forças sociais hegemônicas. Essas unidades da estrutura social é um complexo que se expressa de forma ampla e variada, mas que, contudo, compõem os mecanismos de correção e controle destes antagonismos.

O controle efetivo e concreto ocorre de forma simultânea ao seu processo anárquico e incontrolável, e, involuntariamente assume a mesma forma anárquica que lhe é indissociável. “Neste processo de expansão e concentração, o poder de controle conferido ao capital vem sendo de fato retransferido ao corpo social como um todo, mesmo se de uma forma necessariamente irracional, graças à irracionalidade inerente ao próprio capital.” (MÉSZÁROS, 2002, p.991).

Para assegurar a expansão do poder do capital pelos variados corretivos implementados e que se complexificam em conjunto com as relações sociais, o capital necessariamente tem que assumir o controle direto de áreas incontroláveis. Assim, quanto mais controla diretamente as múltiplas estruturas de seu ordenamento socioeconômico, menos possui controle efetivo sobre seu metabolismo social, enfraquecendo os mecanismos de correção expressos na crise das instituições capitalistas de controle.

A crise dessas instituições exige uma reconfiguração nas formas então tradicionais de seus mecanismos de controle e são, necessariamente, co-determinados com os elementos ideopolíticos e culturais de cada contexto social que conformam consensos e manifestam dissensos. “Estamos diante de uma crise sem precedentes do controle social em escala mundial e não diante de sua solução” (MÉSZÁROS, 2002, p.993).

Destes elementos, nos detemos de forma mais aprofundada em um aspecto fundamental e necessário para a compreensão desta problemática: a subordinação da política⁵ aos determinismos econômicos do processo de produção e reprodução do capital, tanto de suas orientações quanto das ações de suas instituições operantes de controle.

No atual contexto em que há um amplo espaço político-democrático e certa permissividade na cena política, os interesses e as necessidades do capital continuam sendo preservados, o que acarreta, necessariamente, na pouca e extremamente limitada efetividade dessa construção democrática e abertura para o reconhecimento formal dos interesses dos trabalhadores. O reverso da *tolerância repressiva*, em que os espaços e disputas de interesses se apresentam de forma clara no contexto ideopolítico, é a *tolerância reprimida*, em que tudo é permitido, sendo toleradas as manifestações de dissenso, mas que não possuem efetividade sem produzirem uma mudança concreta no *status quo*. Essas formas, na verdade, ações de controle social, alargam-se em uma sociedade liberal que tolera até o ponto em que os descensos e as reivindicações se transformam em um desafio concreto à manutenção do controle.

“Trata-se de uma tentativa ameaçadora de colocar os órgãos políticos de controle em sintonia com as necessidades da articulação atual da economia capitalista, ainda quando tal ajustamento exija uma transição ‘liberal’ da ‘tolerância repressiva’ a ‘intolerância repressiva’” (MÉSZÁROS, 2002, p. 998).

Ganha corpo e força na sociedade brasileira um clamor por mais

⁵ A definição de política para Mézszáros (2002, p.1001) está situada na “aplicação consciente de medidas estratégicas capazes de afetar profundamente o desenvolvimento social como um todo [...]. A política fica condenada a seguir um padrão de movimento reativo tardio e de curto prazo, em resposta às crises desconcertantes que necessariamente irrompem, numa frequência crescente, na base econômico-social da produção autossaturante de ‘*commodities*’ e da acumulação do capital que se autoinvalida”.

controle pelas vias punitivas e repressivas, com destaque para as grandes capitais, associado a uma cultura do medo e da insegurança e a um espírito intolerante para com os problemas e desigualdades sociais. Uma *intolerância repressiva* pauta as formas de enfrentamento das “questões sociais”, dando espaço para manifestações de valores preconceituosos e, inclusive, xenofóbicos, que mais se autojustificam como única solução para os conflitos sociais, do que responde aos problemas que pretende superar. Cohen (1988) já observava que não há medo de um controle demasiado, somente medo de um caos e de insegurança. Com toda a incontornabilidade do sistema de metabolismo social e suas inerentes contradições, não questionamos se estamos sob demasiado controle pelo contrário devemos ampliar e aprimorar suas formas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Introdução. In: MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis Ganhos Fáceis**: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

COHEN, Stanley. **Visiones de control social**: delitos, castigos y clasificaciones. Barcelona: PPU, 1988.

CHRISTIE, Nils. **A indústria do controle do crime**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, notas sobre o Estado e a Política**. Cadernos do Cárcere. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 3.

MANDEL, Ernest. **Delícias do crime**: história social do romance policial. Tradução de Nilton Goldmann. São Paulo: Busca Vida, 1988.

MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital. São Paulo, Boitempo, 2002.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2004.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura de crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Crise do Capital e consequências societárias. **Serviço Social e**

Sociedade, São Paulo, n. 111, jul./set. 2012.